



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTOLÍNIA
CNPJ: 06.554.034/0001-04



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTOLÍNIA (UASG: 981033)

OBJETO

Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Bertolândia e suas Secretarias, de acordo com as especificações técnicas, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo I do Edital.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 217.750,52 (duzentos e dezessete mil setecentos e cinquenta reais e cinquenta e dois centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/11/2024 às 09h horário de Brasília

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTOLÍNIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

Processo Administrativo Nº. 059/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTOLÍNIA, Estado do Piauí, sediada na Av. Presidente Médici, nº 332, Centro, CEP: 64870-000, Bertolândia-PI, por intermédio do seu agente de contratação e equipe de apoio, designada pela portaria n.º 001/2024, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Bertolândia e suas Secretarias, de acordo com as especificações técnicas, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo I do Edital.

1.2 A licitação será realizada por lote, conforme planilha constante no Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrados na Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço [BBMNET \(novobbmnet.com.br\)](http://novobbmnet.com.br).

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6 Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7 O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10 O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12 A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.9.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10 O valor final mínimo máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11 O valor final mínimo máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Quantidade;

4.1.5 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto;

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratuais, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE

LANCES.

- 6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado.
- 6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.
- 6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.
- 6.9 O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12 Após o término do prazo estabelecido nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema

eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18 O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação

no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1 Contiver vícios insanáveis;

7.6.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3 Apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;

7.6.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1 A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9 Em qualquer fase da licitação o pregoeiro poderá solicitar parecer técnico, dos assessores dos setores envolvidos na licitação, para orientar na sua decisão, atendendo integralmente todas as exigências e

especificações do Termo de Referência e do Edital.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e técnica poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de percentual de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas.

8.9 O prazo para readequação de proposta e anexar qualquer documentação complementar será de 02 (duas) horas porrogáveis por igual período a critérios do pregoeiro.

8.10 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.1 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022).

art. 39, §4º):

8.11.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto neste edital.

8.14 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.15.1 Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 4º, § 1º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

9.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: www.novobbmnet.com.br.

10. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

10.1 Assinatura do Contrato.

10.2 Homologada a licitação e dentro do período de 12 (doze) meses, o beneficiário da licitação poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização/Ordem de Fornecimento), no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

10.3 Excepcionalmente a empresa adjudicatária poderá ser convocada para comparecer perante a administração para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente.

10.4 A Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, por meio eletrônico.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

11.1.6 Fraudar a licitação;

11.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 Advertência;

11.2.2 Multa;

11.2.3 Impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2 As peculiaridades do caso concreto

11.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 multa será de 0,5% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8 a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

11.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que

avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail cpldebertolinia@gmail.com.

12.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Será divulgado o Termo de Julgamento da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Portal da Transparência - APPM (bertolinia.pi.gov.br) e site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (tce.pi.gov.br).

13.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 ANEXO I - Termo de Referência

13.11.1.1 Apêndice do Anexo I (Estudo Técnico Preliminar)

13.11.2 ANEXO II – Modelo Proposta de Preços

13.11.3 ANEXO III – Minuta Termo de Contrato

Bertolinia-PI, 01 de novembro de 2024.

GERALDO FONSECA CORREIA
Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Bertolinia e suas Secretarias, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	COMPUTADOR ALL IN ONE INTEL CORE I3, MEMÓRIA 8 GB, HD 1TB, MONITOR 21,5 COM AJUSTE DE ROTAÇÃO E ALTURA	UND	5	R\$ 3.366,19	R\$ 16.830,95
2	COMPUTADOR TIPO DESKTOP COM PROCESSADOR INTEL CORE i3 DE 11ª GERAÇÃO OU SUPERIOR SOCKET: 1200, POSSUIR UM DISCO RÍGIDO DE ALTA VELOCIDADE DO TIPO SSD DE 250GB, MEMORIA DDR4 DE 8GB DE RAM, PLACA MÃE: H510G SOCKET LGA1200 ATE 11ª GERAÇÃO (COMET LAKE), AUDIO PLACA MÃE: REALTEK ÁUDIO CODEC 2/4/5.1/7.1, REDE: GBE 10/100/1000, MEMÓRIA: 2X DDR4 64GB (ATÉ 32GB POR MÓDULO), 1X SLOT PCI EXPRESS X16, 1X SLOT PCI EXPRESS X1. - MOUSE USB E TECLADO ABNT2 USB 107 TECLAS. MONITOR 21 POLEGADAS OU SUPERIOR, LED, RESOLUÇÃO: 1920x1080, CONEXÕES (ACOMPANHA CABO) - VGA - HDMI.	UND	7	R\$ 2.595,46	R\$ 18.168,22
3	COMPUTADOR TIPO DESKTOP COM PROCESSADOR INTEL CORE i5 DE 11ª GERAÇÃO OU SUPERIOR SOCKET: 1200, POSSUIR UM DISCO RÍGIDO DE ALTA VELOCIDADE DO TIPO SSD DE 500GB, MEMORIA DDR4 DE 8GB DE RAM, PLACA MÃE: H510G SOCKET LGA1200 ATE 11ª GERAÇÃO (COMET LAKE), AUDIO PLACA MÃE: REALTEK ÁUDIO CODEC 2/4/5.1/7.1, REDE: GBE 10/100/1000, MEMÓRIA: 2X DDR4 64GB (ATÉ 32GB POR MÓDULO), 1X SLOT PCI EXPRESS X16, 1X SLOT PCI EXPRESS X1. - MOUSE USB E TECLADO ABNT2 USB 107 TECLAS. MONITOR 21 POLEGADAS OU SUPERIOR, LED, RESOLUÇÃO: 1920x1080, CONEXÕES (ACOMPANHA CABO) - VGA - HDMI.	UND	5	R\$ 3.291,79	R\$ 16.458,95
4	ESTABILIZADOR ELÉTRICO 1500 VA, COM 6 TOMADAS, TENSÃO DE ENTRADA 115V/220V BIVOLT E TENSÃO DE SAÍDA 115V	UND	10	R\$ 531,77	R\$ 5.317,70
5	HD EXTERNO 1 TB	UND	10	R\$ 382,57	R\$ 3.825,70
6	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER - TIPO A, PROCESSADOR COM VELOCIDADE DE OPERAÇÃO DE 263 MHZ; TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: LASER; IMPRESSÃO MONOCROMÁTICA; VELOCIDADE MÍNIMA 23 PPM CARTA E 22 A4; TEMPO DE IMPRESSÃO PRIMEIRA PAGINA 8,5 SEGUNDOS PARTINDO; RESOLUÇÃO: 600X1200 DPI; MEMORIA INSTALADA MÍNIMO DE 30 MB; CAPACIDADE PARA EMULAÇÃO DE PCL 5E HOST OU SUPERIOR; IMPRESSÃO FRENTE E VERSO AUTOMÁTICA;	UND	5	R\$ 4.527,85	R\$ 22.639,25

	ARMAZENAMENTO DO PAPEL A SER IMPRESSO EM GAVETA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: OCAPACIDADE DE ENTRADA MÍNIMA DE 250 FOLHAS E SAÍDA DE 150 FOLHAS DE PAPEL; OAJUSTE DE TAMANHO DE PAPEL NOS PADRÕES A4, CARTA OFICIO E EXECUTIVO; INTERFACES DE COMUNICAÇÃO: OPORTA ETHERNET 10/100 E PORTA USB 1.1; FORNECIMENTO DE CABO PARA CONEXÃO VIA PORTA OU USB DO MICROCOMPUTADOR, COM PELO MENOS 1,5M DE EXTENSÃO; CAPACIDADE DE IMPRESSÃO DE ATÉ 8.000 PAGINAS/MES; FONTE DE ALIMENTAÇÃO: OENTRADA DE ~110 V (APROXIMADAMENTE: CENTO E DEZ VOLTS), 60 HZ (SESENTA HERTZ); OCAPACIDADE DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA SUFICIENTE AO PLENO FUNCIONAMENTO DA IMPRESSORA; FORNECIMENTO DO SOFTWARE NECESSÁRIO A UTILIZAÇÃO DA IMPRESSORA COM TODAS AS CARACTERÍSTICAS ESPECIFICADAS; CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE QUALIDADE ISO 9001 OU ISO 9002 DO FABRICANTE PARA O PROCESSO DE FABRICAÇÃO; FORNECIMENTO DE TODA A DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA NECESSÁRIA A INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E OPERAÇÃO DA IMPRESSORA; GARANTIA: O PRAZO DE GARANTIA DEVERÁ SER DE 1 (UM) ANO.				
7	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: LASER, TELA: DISPLAY LCD MONOCROMÁTICO DE 5 LINHAS/22 CARACTERES, MEMÓRIA: (PADRÃO/MÁXIMA): 64 MB/320 MB, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO: ATÉ 38 PPM, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: (MÁXIMA): ATÉ 1200 X 1200 DPI, INTERFACE: USB 2.0/ETHERNET, CAPACIDADE DE ENTRADA DE PAPEL (MÁXIMA): BANDEJA COM CAPACIDADE PARA 250 FOLHAS; BANDEJA MULTIUSO COM CAPACIDADE PARA 50 FOLHAS, CAPACIDADE DE SAÍDA (MÁXIMA):150 FOLHAS (FACE PARA BAIXO), 1 FOLHA (FACE PARA CIMA), ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS (ADF): ATÉ 35 PÁGINAS, CÓPIA: VELOCIDADE DE CÓPIA (MÁXIMA): ATÉ 38 CPM, RESOLUÇÃO DE CÓPIA (MÁXIMA): 1200 X 600 DPI, REDUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE CÓPIA: DE 25 A 400%, EM INCREMENTOS DE 1%, OPÇÕES DE CÓPIA:CÓPIAS ORDENADAS, N EM 1, MÚLTIPLAS (ATÉ 99), SCANNER: TIPO DE SCANNER: MESA PLANA COLORIDA (VIDRO) COM ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS (ADF), TAMANHO DO VIDRO DO SCANNER: 21,6 CM X 27,9 CM (TAMANHO CARTA), RESOLUÇÃO DO SCANNER (MÁXIMA): ÓPTICA: ATÉ 1200 X 1200 DPI INTERPOLADA: ATÉ 19200 X 19200 DPI, CICLO DE TRABALHO MENSAL MÁXIMO: ATÉ 50.000 PÁGINAS/MÊS.	UND	5	R\$ 5.864,80	R\$ 29.324,00
8	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL TANQUE DE TINTA ECOTANK COLORIDA, WI FI, CONEXÃO USB, BIVOLT	UND	5	R\$ 1.502,00	R\$ 7.510,00
9	MONITOR DE 19	UND	10	R\$ 723,90	R\$ 7.239,00
10	MONITOR DE 21	UND	10	R\$ 723,18	R\$ 7.231,80
11	MOUSE USB	UND	10	R\$ 24,70	R\$ 247,00

12	NOBREAK BIVOLT, 1500W	UND	10	R\$ 1.240,17	R\$ 12.401,70
13	NOTEBOOK CORE i3 8GB, HD DE 1 TB, SSD 250 GB, WINDOWS 11, PLACA DE REDE SEM FIO, ENTRADAS USB, TELA DE 15.6" E ENTRADAS HDMI.	UND	5	R\$ 3.776,90	R\$ 18.884,50
14	NOTEBOOK CORE i5 8GB, HD DE 1 TB, SSD 500 GB, WINDOWS 11, PLACA DE REDE SEM FIO, ENTRADAS USB, TELA DE 15.6" E ENTRADAS HDMI.	UND	5	R\$ 4.129,76	R\$ 20.648,80
15	SCANNER (RÁPIDO) - Digitalização sem fio diretamente para PC e dispositivos móveis, e mais, interface USB 3.0 Tipo de Scanner: CIS (sensor de imagem por contato) duplo - Capacidade de Entrada de Papel: Alimentador automático de documentos com capacidade para até 20 folhas - Tamanho do Documento (Mínimo): 5,1 cm (Largura) x 7 cm (Comprimento) - Tamanho do Documento (Máximo): Até 21,6 cm (Largura) x 86,4 cm (Comprimento) - Velocidade de Digitalização Simplex (apenas um lado): Até 25 ppm (em cores e monocromático) - Velocidade de Digitalização Duplex (frente e verso): Até 50 ipm (em cores e monocromático) - Gramatura: 51.8 até 128 g/m2 - Resolução: Óptica: Até 600 x 600 dpi / Interpolada - Ciclo de Trabalho Diário: Até 1000 digitalizações/dia - Opções de Digitalização: Arquivo, Imagem, OCR, E-mail, Dispositivos Móveis e Unidade de memória flash USB - Interface Padrão: Wireless 802.11 b/g/n, Micro USB 3.0 - Interface USB Direta: Sim - Conectividade de Rede: Sim (Rede Local Sem Fio) - Compatibilidade com Dispositivos Móveis: Sim (BrotherT iPrint&Scan) - Display: Não têm - Sistemas Operacionais Compatíveis: Windows 10, Windows 8/8.1, Windows 7(SP1), Mac OSX v10.11.6, 10.12.x, 10.3.x e Linux - Software Incluso: Power PDF, Nuance PaperPort 14 SE, Brother iPrint&Scan - Fonte de Alimentação: Adaptador CA 100-240V, 50/60Hz -	UND	5	R\$ 2.969,05	R\$ 14.845,25
16	TABLET TAB 10" WI-FI 64GB- ANDROID OCTA-CORE	UND	10	R\$ 1.565,10	R\$ 15.651,00
17	TECLADO USB	UND	10	R\$ 52,67	R\$ 526,70
VALOR TOTAL					R\$ 217.750,52

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Para a elaboração deste ETP, visando ao levantamento de mercado com o escopo de definir o tipo de solução a contratar na Administração Pública, observou-se que no mercado ofertante da solução de aquisição de material permanente predominam três principais tipos de soluções, conforme seguem detalhes:

1 - Aquisição de bens comuns através de Pregão Eletrônico:

I - A adoção da modalidade de licitação PREGÃO ELETRÔNICO para aquisição de bens comuns encontra-se amparada na Lei nº 14.133, de 2021.

II - É uma modalidade de licitação que garante celeridade do procedimento licitatório sem perder qualidade, uma vez que nesta modalidade ocorre inversão de fases e menores prazos. Além disso, facilita o alcance de competidores, assegurando de maneira mais prática maior competitividade.

III - Dessa forma, o Pregão Eletrônico garante maior vantajosidade econômica para Administração, pois:

- a) Os custos com a licitação acabam sendo significativamente menores em comparação com outras modalidades de licitação;
- b) É possível alcançar um número maior de fornecedores, permitindo que haja uma ampliação da competitividade e, conseqüentemente, possibilitando que os competidores ofereçam preços menores mantendo a qualidade das propostas;
- c) E, por fim, garantindo maior sustentabilidade socioambiental, uma vez que há uma redução expressiva no uso de recursos naturais, a exemplo do papel.

2 - Adesão a Ata de Registro de Preços

I - Por intermédio do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, estabelece-se a possibilidade de a proposta mais vantajosa numa licitação ser aproveitada por outros órgãos e entidades.

II - Já o atendimento dos pedidos dos órgãos meramente usuários fica na dependência de: III - prévia consulta e anuência do órgão gerenciador;

- a) Indicação pelo órgão gerenciador do fornecedor ou prestador de serviço;
- b) Aceitação, pelo fornecedor, da aquisição pretendida, condicionada está à não gerar prejuízo aos compromissos assumidos na Ata de Registro de Preços;
- c) Embora a norma seja silente a respeito, deverão ser mantidas as mesmas condições do registro,
- d) Ressalvadas apenas as renegociações promovidas pelo órgão gerenciador, que se fizerem necessárias.

3 - Dispensa de Licitação

I - De acordo com Art. 75, da Lei n.º 14.133/2021, a seguir transcrito: “É dispensável a licitação: [...] II - para aquisição que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; [...]”

II - A previsão do valor desta aquisição ultrapassa o valor máximo permitido para dispensa de licitação. Sendo assim, torna-se inviável a aplicação desta solução.

3.2. Análise comparativa e escolha entre as soluções existentes:

3.2.1. A solução 1 garante maior vantajosidade econômica para Administração, pois:

- 3.2.1.1. os custos com a licitação acabam sendo significativamente menores em comparação com outras modalidades de licitação;
- 3.2.1.2. é possível alcançar um número maior de fornecedores, permitindo que haja uma competitividade maior e, conseqüentemente, possibilitando que os competidores ofereçam preços menores mantendo a qualidade das propostas;
- 3.2.1.3. e, por fim, garantindo maior sustentabilidade socioambiental, uma vez que há uma redução expressiva no uso de recursos naturais, a exemplo do papel.

3.2.2. A solução 2 não seria vantajosa para Administração, pois demandaria contratações por meio várias adesões a atas de registro de preços. Logo, a solução 2 seria desvantajosa tanto em termos econômicos quanto em termos de gerenciamento das contratações.

3.2.2. 3.2.3. A solução 3 seria inviável, pois o valor previsto ultrapassa o valor máximo estabelecido no Art. 75, Inciso II, da Lei n.º 14.133 /2021..

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

A Contratada deverá adotar boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:

4.1.1.. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;

4.1.2. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades objeto da contratação, realizando o descarte correto de materiais potencialmente poluidores.

4.2. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Garantia Técnica do Objeto

4.3.1. Deve ser fornecida garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses (incluindo troca de equipamentos defeituosos e assistência técnica) para o equipamento, pelo fabricante, contados a partir da emissão do termo de recebimento definitivo;

4.3.2. A garantia deve ser fornecida pelo fabricante, podendo ser o atendimento por empresa pertencente à sua rede autorizada, devidamente capacitada para tal função;

4.3.3. Não são aceitas adaptações no equipamento (adição de componentes pelo licitante). Deve ser comprovado através de declaração do fabricante que todo equipamento será/foi integrado em fábrica. Esta exigência visa à procedência e garantia total do equipamento pelo fabricante;

4.3.4. Deve possuir recurso disponibilizado via site do próprio fabricante (informar URL para comprovação) que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do seu número de série e modelo/número do equipamento;

4.3.5. O atendimento às chamadas técnicas durante o período de garantia será no regime de 8x5 (oito horas por dia e cinco dias por semana);

4.3.6. Visando a alta disponibilidade, o prazo para solução do chamado deverá ser de no máximo 5 dias úteis;

4.3.7. O fabricante, diretamente ou através de sua rede credenciada, deverá manter registros escritos dos referidos chamados, constando o nome do técnico que prestou o atendimento e uma descrição resumida do problema;

4.3.8. Durante o prazo de garantia, será substituída, sem ônus para o órgão, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;

4.3.9. Quando da manutenção, as peças a serem substituídas devem ser idênticas às do equipamento originalmente recebido;

4.3.10. É vedado qualquer tipo de serviço ou assistência técnica que requeira o envio do equipamento

ou de acessórios pelo correio ou por qualquer outro meio;

4.3.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 05 (cinco) dias, contados do envio da ordem de fornecimento.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 01 (um) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no endereço do órgão solicitante, dentro do município de Bertolândia, no horário de funcionamento.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

5.8. Pesquisa de preço contida nos orçamentos deste Termo de Referência foi feita nos moldes do art. 23 da lei 14.133/2021, contendo preços públicos e valores de sítios eletrônicos especializados.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. Fiscalização do Contrato

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.1.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.1.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133 /2021, art. 120).

6.1.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.1.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.1.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.1.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.1.13. Será exigida a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.2. Pagamento:

6.2.1. O pagamento do objeto contratado efetivamente fornecido será efetuado mediante ordem de crédito em contacorrente da CONTRATADA, indicada na sua proposta e dar-se-á no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados após a solicitação de pagamento;

6.2.1.1. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparados no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.2.1.2. Requerimento de pagamento contendo no mínimo a qualificação do credor (dados básicos, data e assinatura do representante legal), o valor requerido e a competência a que se refere;

6.2.1.3. Nota Fiscal, atestada pelo Fiscal do Contrato.

6.2.1.4. Comprovantes da entrega do material e/ou da prestação efetiva do serviço;

6.2.1.5. Cópia do contrato e aditivos (se for o caso): caso inexistir, apresentar Ordem de Fornecimento dos materiais;

6.2.1.6. Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista;

6.2.1.7. Declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou documentos aptos a substituir as referidas certidões nele mencionadas;

6.2.1.8. Comprovação da condição de optante do SIMPLES: apenas credores optantes;

6.2.1.9. Outros documentos contratualmente exigidos: o credor deve verificar particularidades

estabelecidas no instrumento contratual como relatórios, comprovantes de cumprimento de obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas ou outros.

6.2.2. Se a Nota Fiscal apresentar irregularidades, falhas ou omissões que comprometam a liquidação da despesa, ou a CONTRATADA não apresentar todas as condições de habilitação, o prazo supracitado será contado a partir da data em que tais impropriedades forem sanadas.

6.2.3. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, certidão irregular, atraso do pagamento dos salários e recolhimento dos respectivos encargos sociais.

6.2.4. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste documento, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

6.2.5. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

6.2.6. É vedado à CONTRATADA transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato ou instrumento equivalente;

6.2.7. Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer os produtos e executar os serviços dentro das especificações exigidas neste termo de referência;

7.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações, dentro dos prazos estabelecidos;

7.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

7.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.6. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.7. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e Contrato;

7.8. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Fornecer o objeto contratado conforme especificações, validades e preços propostos na licitação, e nas quantidades e modelos solicitados pela Administração.

- 8.2. Entregar o objeto contratado estritamente no prazo estipulado, em perfeitas condições, sem indícios de avarias ou violação;
- 8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.4. Responsabilizar-se pela logística do objeto contratado, até as dependências das Secretarias Municipais de Bertolinia/PI, não sendo o CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte;
- 8.5. Aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), propostos pela Administração, conforme previsto no art. 125, da Lei nº 14.133/20;
- 8.6. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas nesta licitação;
- 8.7. Entregar o objeto contratado acompanhado de Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica;
- 8.8. Encaminhar cópia de Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica e Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista;
- 8.9. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Bertolinia/PI e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- 8.10. Indicar, por escrito, preposto ou profissional equivalente (e seu eventual substituto), fornecendo número de telefone e e-mail institucional para contato, ao qual o CONTRATANTE possa reportar-se quanto à fiel execução do contrato e cuidar para que este profissional alocado mantenha permanente contato com os responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato;
- 8.11. Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.12. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer mudança de endereço, e-mail ou telefone;
- 8.13. Aceitar o prazo residual de 05 (cinco) dias úteis, a partir da ciência do interessado, para as situações cujos prazos não se encontram expressamente previstos no termo de referência;
- 8.14. Garantir a execução do objeto sempre embasada nos critérios de sustentabilidade previstos neste termo referência, quando couber.

9. PESQUISA DE PREÇOS

- 9.1. A pesquisa de preço contida nos orçamentos deste Termo de Referência do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, elaborada através de pesquisa de contratações públicas semelhantes e solicitações de orçamentos a potenciais fornecedores do objeto deste instrumento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

- 10.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 10.2. Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente com foto, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 10.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual -

CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-enegocios/pt-br/empreendedor>;

10.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.10. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

10.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

10.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.

10.13. **Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

10.14. **Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

10.15. **Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

10.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.17. **Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.18. **Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, de Dívida Ativa e Débitos Fiscais** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.19. **Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital, de Dívida Ativa e Débitos Fiscais** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionado ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.22. **Certidão Negativa de Falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

10.23. **Balanco Patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois)** últimos exercícios sociais, comprovando;

10.23.1. **Índices** de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.24. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

10.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.30. **Comprovação de Aptidão** para fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.31. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.32. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes dos serviços constantes do objeto serão realizadas na rubrica:

I) Fontes de Recursos:

- 500 - Recursos não vinculados de Impostos.
- 501 - Outros Recursos Não Vinculados.
- 540 - FUNDEB APOIO 30%
- 600 - CUSTEIO - RECURSOS ADVINDOS DA UNIAO
- 660 - FNAS - RECURSOS DA UNIAO
- 899 - Outros Recursos Vinculados

II) Programa de Trabalho

- 10 301 1052 2098 0000 - Manut. e Encargos com a Secretaria Municipal de Saúde.
- 10 301 1052 2055 0000 - Manut. e Encargos com o Fundo Municipal de Saúde - FMS.
- 04 122 1015 2007 0000 - Manut. e Encargos com o Gabinete do Prefeito Municipal.
- 04 122 1014 2024 0000 - Manut. e Encargos com a Secretaria Municipal de Administração.
- 04 123 1013 2027 0000 - Manut. e Encargos com a Secretaria Municipal de Finanças.
- 12 361 1161 2067 0000 - Manut. e Encargos com o Ensino Fundamental.
- 12 361 1160 2070 0000 - Manut. e Encargos com o Ensino de Jovens e Adultos.
- 08 244 1039 2016 0000 - Manut. da Secretaria de Trabalho e Assuntos Comunitários.

III) Elemento de Despesa:

4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

12. Responsáveis

GERALDO FONSECA CORREIA
Autoridade competente

Apêndice do Anexo I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Trata-se de demanda apresentada para contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Bertolinia e suas Secretarias.

2. ÁREA REQUISITANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTOLÍNIA-PI

GERALDO FONSECA CORREIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MAURIZA DA SILVA LIMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ARNON CANTIDIO ARRAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANA LUCIA BORGES DA MOTA FONSECA

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Requisitos Legais

Lei nº 14.133/2021: estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. O levantamento de mercado foi feito através de pesquisas de preços pedido de cotação às empresas do ramo e nas diversas licitações realizadas pelo Governo, na plataforma Banco de Preços do TCE-PI, bem como através de pesquisa em sites, visando a melhor aquisição para a Instituição.

4.2. O Município de Bertolinia requer equipamentos de informática para viabilizar a realização dos serviços realizados pelas Secretarias e aperfeiçoar a qualidade, dinâmica e operacionalização dos atendimentos realizados. Os serviços prestados a partir da utilização destes equipamentos são essenciais para a realização de procedimentos de atendimento em todo o município;

4.3. Para atender a essa demanda, é crucial contar com equipamentos de alta capacidade;

4.4. Optar por equipamentos de qualidade é justificado por diversos fatores técnicos que tornam mais adequados para lidar com as demandas do município, especificamente para enfrentar cargas de trabalho intensivas.

4.5. Além disso, os equipamentos de informática devem ser construídos com materiais de alta qualidade, garantindo maior durabilidade e confiabilidade. Isso é especialmente importante, onde os equipamentos devem estar sempre em pleno funcionamento para atender às demandas diárias.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Considerando a necessidade da área requisitante, entende-se que os equipamentos a serem adquiridos devem contar de levantamento de mercado com o escopo de definir o tipo de solução a contratar na Administração Pública, observando no mercado ofertante a solução para aquisição de material permanente;

5.2. A aquisição dos equipamentos e produtos solicitados visa atender às necessidades do Município de Bertolinia e suas Secretarias, e como material permanente de alta durabilidade estima-se um período de mais de 05 (cinco) anos de uso, onde serão utilizados em atendimentos diários da população.

5.3. Garantia

5.3.1.1. Deve ser fornecida garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses (incluindo troca de equipamentos defeituosos e assistência técnica) para o equipamento, pelo fabricante, contados a partir da emissão do termo de recebimento definitivo;

5.3.1.2. A garantia deve ser fornecida pelo fabricante, podendo ser o atendimento por empresa pertencente à sua rede autorizada, devidamente capacitada para tal função;

5.3.1.3. Não são aceitas adaptações no equipamento (adição de componentes pelo licitante). Deve ser comprovado através de declaração do fabricante que todo equipamento será/foi integrado em fábrica. Esta exigência visa à procedência e garantia total do equipamento pelo fabricante;

5.3.1.4. Deve possuir recurso disponibilizado via site do próprio fabricante (informar URL para comprovação) que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do seu número de série e modelo/número do equipamento;

5.3.1.5. O atendimento às chamadas técnicas durante o período de garantia será no regime de 8x5 (oito horas por dia e cinco dias por semana);

5.3.1.6. Visando a alta disponibilidade, o prazo para solução do chamado deverá ser de no máximo 5 dias úteis;

5.3.1.7. O fabricante, diretamente ou através de sua rede credenciada, deverá manter registros escritos dos referidos chamados, constando o nome do técnico que prestou o atendimento e uma descrição resumida do problema;

5.3.1.8. Durante o prazo de garantia, será substituída, sem ônus para o órgão, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado do equipamento;

5.3.1.9. Quando da manutenção, as peças a serem substituídas devem ser idênticas às do equipamento originalmente recebido;

5.3.1.10. É vedado qualquer tipo de serviço ou assistência técnica que requeira o envio do equipamento ou de acessórios pelo correio ou por qualquer outro meio;

5.3.1.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1. A estimativa final da quantidade a ser contratada é:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	COMPUTADOR ALL IN ONE INTEL CORE I3, MEMÓRIA 8 GB, HD 1TB, MONITOR 21,5 COM AJUSTE DE ROTAÇÃO E ALTURA	UND	5
2	COMPUTADOR TIPO DESKTOP COM PROCESSADOR INTEL CORE I3 DE 11ª GERAÇÃO OU SUPERIOR SOCKET: 1200, POSSUIR UM DISCO RÍGIDO DE ALTA VELOCIDADE DO TIPO SSD DE 250GB, MEMORIA DDR4 DE 8GB DE RAM, PLACA MÃE: H510G SOCKET LGA1200 ATE 11ª GERAÇÃO (COMET LAKE), AUDIO	UND	7

	PLACA MÃE: REALTEK ÁUDIO CODEC 2/4/5.1/7.1, REDE: GBE 10/100/1000, MEMÓRIA: 2X DDR4 64GB (ATÉ 32GB POR MÓDULO), 1X SLOT PCI EXPRESS X16, 1X SLOT PCI EXPRESS X1. - MOUSE USB E TECLADO ABNT2 USB 107 TECLAS. MONITOR 21 POLEGADAS OU SUPERIOR, LED, RESOLUÇÃO: 1920x1080, CONEXÕES (ACOMPANHA CABO) - VGA - HDMI.		
3	COMPUTADOR TIPO DESKTOP COM PROCESSADOR INTEL CORE i5 DE 11ª GERAÇÃO OU SUPERIOR SOCKET: 1200, POSSUIR UM DISCO RÍGIDO DE ALTA VELOCIDADE DO TIPO SSD DE 500GB, MEMORIA DDR4 DE 8GB DE RAM, PLACA MÃE: H510G SOCKET LGA1200 ATE 11ª GERAÇÃO (COMET LAKE), AUDIO PLACA MÃE: REALTEK ÁUDIO CODEC 2/4/5.1/7.1, REDE: GBE 10/100/1000, MEMÓRIA: 2X DDR4 64GB (ATÉ 32GB POR MÓDULO), 1X SLOT PCI EXPRESS X16, 1X SLOT PCI EXPRESS X1. - MOUSE USB E TECLADO ABNT2 USB 107 TECLAS. MONITOR 21 POLEGADAS OU SUPERIOR, LED, RESOLUÇÃO: 1920x1080, CONEXÕES (ACOMPANHA CABO) - VGA - HDMI.	UND	5
4	ESTABILIZADOR ELÉTRICO 1500 VA, COM 6 TOMADAS, TENSÃO DE ENTRADA 115V/220V BIVOLT E TENSÃO DE SAÍDA 115V	UND	10
5	HD EXTERNO 1 TB	UND	10
6	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER - TIPO A, PROCESSADOR COM VELOCIDADE DE OPERAÇÃO DE 263 MHZ; TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: LASER; IMPRESSÃO MONOCROMÁTICA; VELOCIDADE MÍNIMA 23 PPM CARTA E 22 A4; TEMPO DE IMPRESSÃO PRIMEIRA PAGINA 8,5 SEGUNDOS PARTINDO; RESOLUÇÃO: 600X1200 DPI; MEMORIA INSTALADA MÍNIMO DE 30 MB; CAPACIDADE PARA EMULAÇÃO DE PCL 5E HOST OU SUPERIOR; IMPRESSÃO FRENTE E VERSO AUTOMÁTICA; ARMAZENAMENTO DO PAPEL A SER IMPRESSO EM GAVETA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: OCAPACIDADE DE ENTRADA MÍNIMA DE 250 FOLHAS E SAÍDA DE 150 FOLHAS DE PAPEL; OAJUSTE DE TAMANHO DE PAPEL NOS PADRÕES A4, CARTA OFÍCIO E EXECUTIVO; INTERFACES DE COMUNICAÇÃO: OPORTA ETHERNET 10/100 E PORTA USB 1.1; FORNECIMENTO DE CABO PARA CONEXÃO VIA PORTA OU USB DO MICROCOMPUTADOR, COM PELO MENOS 1,5M DE EXTENSÃO; CAPACIDADE DE IMPRESSÃO DE ATE 8.000 PAGINAS/MES; FONTE DE ALIMENTAÇÃO: OENTRADA DE ~110 V (APROXIMADAMENTE: CENTO E DEZ VOLTS), 60 HZ (SESSENTA HERTZ); OCAPACIDADE DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA SUFICIENTE AO PLENO FUNCIONAMENTO DA IMPRESSORA; FORNECIMENTO DO SOFTWARE NECESSÁRIO A UTILIZAÇÃO DA IMPRESSORA COM TODAS AS CARACTERÍSTICAS ESPECIFICADAS; CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE QUALIDADE ISO 9001 OU ISO 9002 DO FABRICANTE PARA O PROCESSO DE FABRICAÇÃO; FORNECIMENTO DE TODA A DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA NECESSÁRIA A INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E OPERAÇÃO DA IMPRESSORA; GARANTIA: O PRAZO DE GARANTIA DEVERÁ SER DE 1 (UM) ANO.	UND	5
7	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: LASER, TELA: DISPLAY LCD MONOCROMÁTICO DE 5 LINHAS/22 CARACTERES, MEMÓRIA: (PADRÃO/MÁXIMA): 64 MB/320 MB, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO: ATÉ 38 PPM, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: (MÁXIMA): ATÉ 1200 X 1200 DPI, INTERFACE: USB 2.0/ETHERNET, CAPACIDADE DE ENTRADA DE PAPEL (MÁXIMA): BANDEJA COM CAPACIDADE PARA 250 FOLHAS; BANDEJA MULTIUSO COM CAPACIDADE PARA 50 FOLHAS, CAPACIDADE DE SAÍDA (MÁXIMA):150 FOLHAS (FACE PARA BAIXO), 1 FOLHA (FACE PARA CIMA), ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS (ADF): ATÉ 35 PÁGINAS, CÓPIA: VELOCIDADE DE CÓPIA (MÁXIMA): ATÉ 38 CPM, RESOLUÇÃO DE CÓPIA (MÁXIMA): 1200 X 600 DPI, REDUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE CÓPIA: DE 25 A 400%, EM INCREMENTOS DE 1%, OPÇÕES DE	UND	5

	CÓPIA: CÓPIAS ORDENADAS, N EM 1, MÚLTIPLAS (ATÉ 99), SCANNER: TIPO DE SCANNER: MESA PLANA COLORIDA (VIDRO) COM ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS (ADF), TAMANHO DO VIDRO DO SCANNER: 21,6 CM X 27,9 CM (TAMANHO CARTA), RESOLUÇÃO DO SCANNER (MÁXIMA): ÓPTICA: ATÉ 1200 X 1200 DPI INTERPOLADA: ATÉ 19200 X 19200 DPI, CICLO DE TRABALHO MENSAL MÁXIMO: ATÉ 50.000 PÁGINAS/MÊS.		
8	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL TANQUE DE TINTA ECOTANK COLORIDA, WI FI, CONEXÃO USB, BIVOLT	UND	5
9	MONITOR DE 19	UND	10
10	MONITOR DE 21	UND	10
11	MOUSE USB	UND	10
12	NOBREAK BIVOLT, 1500W	UND	10
13	NOTEBOOK CORE i3 8GB, HD DE 1 TB, SSD 250 GB, WINDOWS 11, PLACA DE REDE SEM FIO, ENTRADAS USB, TELA DE 15.6" E ENTRADAS HDMI.	UND	5
14	NOTEBOOK CORE i5 8GB, HD DE 1 TB, SSD 500 GB, WINDOWS 11, PLACA DE REDE SEM FIO, ENTRADAS USB, TELA DE 15.6" E ENTRADAS HDMI.	UND	5
15	SCANNER (RÁPIDO) - Digitalização sem fio diretamente para PC e dispositivos móveis, e mais, interface USB 3.0 Tipo de Scanner: CIS (sensor de imagem por contato) duplo - Capacidade de Entrada de Papel: Alimentador automático de documentos com capacidade para até 20 folhas - Tamanho do Documento (Mínimo): 5,1 cm (Largura) x 7 cm (Comprimento) - Tamanho do Documento (Máximo): Até 21,6 cm (Largura) x 86,4 cm (Comprimento) - Velocidade de Digitalização Simplex (apenas um lado): Até 25 ppm (em cores e monocromático) - Velocidade de Digitalização Duplex (frente e verso): Até 50 ipm (em cores e monocromático) - Gramatura: 51.8 até 128 g/m2 - Resolução: Óptica: Até 600 x 600 dpi / Interpolada - Ciclo de Trabalho Diário: Até 1000 digitalizações/dia - Opções de Digitalização: Arquivo, Imagem, OCR, E-mail, Dispositivos Móveis e Unidade de memória flash USB - Interface Padrão: Wireless 802.11 b/g/n, Micro USB 3.0 - Interface USB Direta: Sim - Conectividade de Rede: Sim (Rede Local Sem Fio) - Compatibilidade com Dispositivos Móveis: Sim (Brother iPrint&Scan) - Display: Não têm - Sistemas Operacionais Compatíveis: Windows 10, Windows 8/8.1, Windows 7(SP1), Mac OSX v10.11.6, 10.12.x, 10.3.x e Linux - Software Incluso: Power PDF, Nuance PaperPort 14 SE, Brother iPrint&Scan - Fonte de Alimentação: Adaptador CA 100-240V, 50/60Hz -	UND	5
16	TABLET TAB 10" WI-FI 64GB- ANDROID OCTA-CORE	UND	10
17	TECLADO USB	UND	10

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. A fim de estimar o valor da contratação foi realizada a pesquisa de contratações públicas semelhantes e a solicitação de propostas comerciais de potenciais fornecedores do objeto.

7.2. O valor escolhido foi o preço médio unitário para todos os itens;

7.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 217.750,52 (duzentos e dezessete mil setecentos e cinquenta reais e cinquenta e dois centavos), conforme tabela a seguir:

PAINEL PREÇO - TCE/PI

Objeto: "COMPUTADOR I3"

Data Início: 01/05/2024

Data Fim: 01/11/2024

Município: N/A

Raio(Xm): N/A

Un. Medida: N/A

Fonte: Licitações/Contratos/WEB/FEletrônica

Município	Identificador	Objeto	Un. de Medida	Quantidade	Valor unitário	Data Ref.
Itapipiss	NF-4834	COMPUTADOR I3, 4GB DE MEMÓRIA RAM, SSD 240GB	UN	2	R\$1.905,15	12/08/2024
Picos	NF-4877	COMPUTADOR I3, 4GB DE MEMÓRIA RAM, SSD 256 GB	UN	2	R\$1.905,15	24/08/2024
Altus	NF-3348	COMPUTADOR I3, 8GB, 340GB	UN	1	R\$2.905,00	27/08/2024
Picos	NF-4179	COMPUTADOR I3, SSD 240GB, 8GB RAM GOLDENTEC	UN	1	R\$1.690,00	28/08/2024

Fonte: Licitações/Contratos/WEB/FEletrônica, pesquisa realizada em: 01/11/24 10:56

Menor Valor	Maior Valor	Média	Mediana
R\$1.690,00	R\$2.905,00	R\$2.000,07	R\$1.905,15

PAINEL PREÇO - TCE/PI

Objeto: "HD"

Data Início: 01/05/2024

Data Fim: 01/11/2024

Município: N/A

Raio(Xm): N/A

Un. Medida: N/A

Fonte: Licitações/Contratos/WEB/FEletrônica

Município	Identificador	Objeto	Un. de Medida	Quantidade	Valor unitário	Data Ref.
PAU D'ARCO DO PIAUÍ	NF-170182	""HD EXT 1TB PORT TOSHIBA BASICS 3.5 PTD	UND	1	R\$298,90	23/08/2024
Teresina	NF-147181	""HD EXT 1TB PORT TOSHIBA BASICS 3.5 PTD	UND	1	R\$279,90	20/08/2024
São Braz do Piauí	NF-8885	""HD EXT 1TB PORT TOSHIBA BASICS 3.5 PTD	UND	1	R\$234,00	02/08/2024
Tamboril do Piauí	NF-62	""HD EXT 1TB PORT TOSHIBA BASICS 3.5 PTD	UND	1	R\$220,90	06/08/2024
Teresina	NF-170356	""HD EXT 1TB PORT TOSHIBA BASICS 3.5 PTD	UND	1	R\$279,90	04/08/2024
São Francisco de Assis do Piauí	NF-4716	""HD EXT 1TB PORT TOSHIBA BASICS 3.5 PTD	UND	1	R\$280,00	09/10/2024

Fonte: Licitações/Contratos/WEB/FEletrônica, pesquisa realizada em: 01/11/24 11:24

Menor Valor	Maior Valor	Média	Mediana
R\$220,90	R\$280,00	R\$262,57	R\$279,90

PAINEL PREÇO - TCE/PI

Objeto: "IMPRESSORA"

Data Início: 01/05/2024

Data Fim: 01/11/2024

Município: N/A

Raio(Xm): N/A

Un. Medida: N/A

Fonte: Licitações/Contratos/WEB/FEletrônica

Município	Identificador	Objeto	Un. de Medida	Quantidade	Valor unitário	Data Ref.
Santa Luz	NF-3256	IMPRESSORA EPSON MULTIFUNC E20 L3250	UN	1	R\$1.520,00	08/10/2024
São Miguel do Talim	NF-38194	IMPRESSORA EPSON MULT. ECOTANK L3250	UN	1	R\$1.610,00	26/08/2024
Patato	NF-426	IMPRESSORA EPSON L3250	UN	5	R\$1.311,00	26/08/2024
Pimenteira	NF-437	IMPRESSORA EPSON MULTIFUNCIONAL ECOTANK L3250	CK	1	R\$1.400,00	03/08/2024
Manoel Emídio	NF-41584	IMPRESSORA HP MULTIFUNCIONAL SMART TANK 584, Wi-Fi, USB BIVOLT	UN	1	R\$1.680,00	26/08/2024

Fonte: Licitações/Contratos/WEB/FEletrônica, pesquisa realizada em: 01/11/24 11:23

Menor Valor	Maior Valor	Média	Mediana
R\$1.311,00	R\$1.680,00	R\$1.502,00	R\$1.520,00

PAINEL PREÇO - TCE/PI

Objeto: "IMPRESSORA LASER"

Data Início: 01/05/2024

Data Fim: 01/11/2024

Município: N/A

Raio(Xm): N/A

Un. Medida: N/A

Fonte: Licitações/Contratos/WEB/FEletrônica

Município	Identificador	Objeto	Un. de Medida	Quantidade	Valor unitário	Data Ref.
Campo Maior	NF-01-01219424	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL L3 (COPRADA, SCANNER E FAX OPCIONAL), ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO	Unidade	4	R\$4.400,00	11/08/2024
Pimenteiras do Piauí	NF-01-05410224	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL (COPRADA, SCANNER E FAX OPCIONAL) MONOCROMÁTICA 20PPM - COPR. 10 MEM 16MB USB 2.0	Unidade	4	R\$4.400,00	10/10/2024
Castelão Grande do Piauí	NF-01-02104124	IMPRESSORA LASER CAPACIDADE MÁXIMA DE IMPRESSÃO MENSAIS (PÁGINAS): 8000, RESOLUÇÃO MÁXIMA DE IMPRESSÃO: 1200X1200 DPI	Unidade	10	R\$4.770,00	16/10/2024
Teresina	NF-01-03807123	IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA VELOCIDADE DE IMPRESSÃO AL 48 PPM, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DA PRIMEIRA PÁGINA MENOS DE 4 S	Unidade	5	R\$6.900,00	21/08/2024
Caridade do Piauí	NF-0388	IMPRESSORA LASER MULTIF. MONOCROMÁTICA	UND	1	R\$6.854,00	23/08/2024

Fonte: Licitações/Contratos/WEB/FEletrônica, pesquisa realizada em: 01/11/24 11:10

Menor Valor	Maior Valor	Média	Mediana
R\$4.400,00	R\$6.900,00	R\$5.864,80	R\$4.400,00

PAINEL PREÇO - TCE/PI

Objeto: "IMPRESSORA LASER"

Data Início: 01/05/2024

Data Fim: 01/11/2024

Município: N/A

Raio(Xm): N/A

Un. Medida: N/A

Fonte: Licitações/Contratos/WEB/FEletrônica

Município	Identificador	Objeto	Un. de Medida	Quantidade	Valor unitário	Data Ref.
Campo Maior	NF-01-01219424	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL L3 (COPRADA, SCANNER E FAX OPCIONAL), ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO	Unidade	4	R\$4.400,00	11/08/2024
Pimenteiras do Piauí	NF-01-05410224	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL (COPRADA, SCANNER E FAX OPCIONAL) MONOCROMÁTICA 20PPM - COPR. 10 MEM 16MB USB 2.0	Unidade	4	R\$4.400,00	10/10/2024
Castelão Grande do Piauí	NF-01-02104124	IMPRESSORA LASER CAPACIDADE MÁXIMA DE IMPRESSÃO MENSAIS (PÁGINAS): 8000, RESOLUÇÃO MÁXIMA DE IMPRESSÃO: 1200X1200 DPI	Unidade	10	R\$4.770,00	16/10/2024
Teresina	NF-01-03807123	IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA VELOCIDADE DE IMPRESSÃO AL 48 PPM, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DA PRIMEIRA PÁGINA MENOS DE 4 S	Unidade	5	R\$6.900,00	21/08/2024
Caridade do Piauí	NF-0388	IMPRESSORA LASER MULTIF. MONOCROMÁTICA	UND	1	R\$6.854,00	23/08/2024
Francisco Macedo	NF-01-03840224	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL, COM WIFII, LED, CAPACIDADE DE IMPRESSÃO DUPLA, COMPATIBILIDADE COM WINDOWS E	Unidade	15	R\$2.263,00	21/08/2024
Quatipau	NF-01-01022124	IMPRESSORA LASER	Unidade	1	R\$3.329,07	03/08/2024
Quatipau	NF-01-03898224	IMPRESSORA LASER	Unidade	4	R\$3.329,28	02/08/2024
Itaueira	NF-01-01070224	IMPRESSORA LASER - COMUM ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO, RESOLUÇÃO MÁXIMA DE IMPRESSÃO: 1200X1200 DPI	Unidade	2	R\$3.000,00	21/08/2024
Vila Nova do Piauí	NF-01-01070224	IMPRESSORA LASER - COMUM ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO, RESOLUÇÃO MÁXIMA DE IMPRESSÃO: 1200X1200 DPI	Unidade	4	R\$3.341,00	20/08/2024

Fonte: Licitações/Contratos/WEB/FEletrônica, pesquisa realizada em: 01/11/24 11:32

Menor Valor	Maior Valor	Média	Mediana
R\$363,00	R\$750,00	R\$558,30	R\$488,70

PAINEL PREÇO - TCE/PI

Objeto: "MONITOR DE LED"

Data Início: 01/05/2024

Data Fim: 01/11/2024

Município: N/A

Raio(Xm): N/A

Un. Medida: N/A

Fonte: Licitações/Contratos/WEB/FEletrônica

Município	Identificador	Objeto	Un. de Medida	Quantidade	Valor unitário	Data Ref.
União	NF-3886	MONITOR - MONITOR BRA LED 21" HD+VGA	un	10	R\$427,40	19/08/2024
União	NF-3887	MONITOR - MONITOR BRA LED 21" HD+VGA	un	8	R\$427,40	16/08/2024
Pimenteiras	NF-489	MONITOR 21.5 LED	und	2	R\$700,00	02/08/2024
Pimenteiras	NF-01-01030124	MONITOR DE LED MONITOR DE LED 21.5" POLED+HDMI (HDCP+HDMI 1.4), GARANTIA DE 3 MESES	Unidade	50	R\$263,00	24/08/2024
São Raimundo do Piauí	NF-4721	MONITOR AOC LED E2270HYEN 21.5 HDMI VESA E2270HYEN PRETO	UN	3	R\$750,00	09/10/2024
Nazária	NF-328	MONITOR 21" LED GOLDENTEC	UN	60	R\$680,00	27/07/2024

Fonte: Licitações/Contratos/WEB/FEletrônica, pesquisa realizada em: 01/11/24 11:32

Menor Valor	Maior Valor	Média	Mediana
R\$363,00	R\$750,00	R\$558,30	R\$488,70

PAINEL PREÇO - TCE/PI

Objeto: "MOUSE USB"

Data Início: 01/05/2024

Data Fim: 01/11/2024

Município: N/A

Raio(Xm): N/A

Un. Medida: N/A

Fonte: LicitaçõesWeb/ContratosWeb/NE/Eletrônica

Município	Identificador	Objeto	Un. de Medida	Quantidade	Valor unitário	Data Ref.
Patos do Piauí	NF-7211	MOUSE USB	UN	1	R\$20,00	06/09/2024
Patos do Piauí	NF-7221	MOUSE USB	UN	1	R\$20,00	20/09/2024
Arnelo de Azevedo	NF-316	MOUSE USB	UN	1	R\$30,00	20/09/2024
Bela Grama de Rêgo	NF-407	MOUSE USB	UN	1	R\$20,00	17/07/2024
São João da Canabrava	NF-7237	MOUSE USB	UN	1	R\$20,00	18/09/2024

Fonte: LicitaçõesWeb/ContratosWeb/NE/Eletrônica, pesquisa realizada em: 01/11/2024 11:28

Menor Valor	Menor Valor	Média	Mediana
R\$20,00	R\$22,50	R\$24,70	R\$21,00

PAINEL PREÇO - TCE/PI

Objeto: "NOTEBOOK"

Data Início: 01/05/2024

Data Fim: 01/11/2024

Município: N/A

Raio(Xm): N/A

Un. Medida: N/A

Fonte: LicitaçõesWeb/ContratosWeb/NE/Eletrônica

Município	Identificador	Objeto	Un. de Medida	Quantidade	Valor unitário	Data Ref.
Flores do Piauí	NF-7876	NOTEBOOK I5, 12GB, 1TB, 15.6", 16GB, 1TB, 15.6"	UN	1	R\$4.875,00	06/09/2024
Nazare do Piauí	NF-03-01778024	NOTEBOOK INTEL CORE I5-1135G7 16GB 512GB SSD 15.6" FHD IPS 160Hz 1600x900px 16GB 512GB SSD 15.6" FHD IPS 160Hz 1600x900px	UNidade	4	R\$4.320,00	04/09/2024
Canacal	NF-1024	NOTEBOOK ASUS DUEO I5	UN	1	R\$2.988,00	07/09/2024
Agricolândia	NF-6887	NOTEBOOK (I5, 12GB, 1TB, 15.6")	UN	1	R\$3.340,00	10/07/2024
Nossa Senhora de Nazaré	NF-10773	NOTEBOOK (I5, 12GB, 1TB, 15.6")	UN	1	R\$3.860,00	24/07/2024
Angicos do Piauí	NF-77182	NOTEBOOK (I5, 12GB, 1TB, 15.6")	UN	1	R\$4.000,00	27/09/2024
São João da Serra	NF-47390	NOTEBOOK (I5, 12GB, 1TB, 15.6")	UN	1	R\$4.000,00	29/09/2024
Agricolândia	NF-7231	NOTEBOOK (I5, 12GB, 1TB, 15.6")	UN	1	R\$4.900,00	04/09/2024
Piripat	NF-03-01877024	NOTEBOOK I5, 16GB 512GB SSD 15.6" FHD IPS 160Hz 1600x900px 16GB 512GB SSD 15.6" FHD IPS 160Hz 1600x900px	UNidade	50	R\$2.952,72	24/09/2024
Simplão Mendes	NF-10762	NOTEBOOK I5, 16GB 512GB SSD 15.6" FHD IPS 160Hz 1600x900px 16GB 512GB SSD 15.6" FHD IPS 160Hz 1600x900px	UN	1	R\$2.775,78	28/09/2024

PAINEL PREÇO - TCE/PI

Objeto: "SCANNER"

Data Início: 01/05/2024

Data Fim: 01/11/2024

Município: N/A

Raio(Xm): N/A

Un. Medida: N/A

Fonte: LicitaçõesWeb/ContratosWeb/NE/Eletrônica

Município	Identificador	Objeto	Un. de Medida	Quantidade	Valor unitário	Data Ref.
União	NF-40481	SCANNER DE MESA BROTHER ADS3100	UN	1	R\$2.917,40	12/09/2024
Teresina	NF-44879	SCANNER DE MESA BROTHER ADS3100	UN	1	R\$2.448,00	09/10/2024
Teresina	NF-44885	SCANNER PORTATIL BROTHER ADS3100	UN	1	R\$2.987,00	11/09/2024
Regeneração	NF-7393	SCANNER DE MESA XIPRI ADS 1300H-BROTHER	UN	2	R\$3.948,91	09/09/2024
Pauçara	NF-48	SCANNER ADS 2230 DIGITALIZADORA PENTE E VENDO 38PPH BROTHER	UN	1	R\$2.958,00	04/07/2024
Brasilândia	NF-378	SCANNER CANON IMAGEFORMULA DR-C236P-PTO	UN	1	R\$3.330,00	26/07/2024
Pajós do Piauí	NF-03-01778024	SCANNER DE ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS A4 E OFÍCIO DOCUMENTOS UNIFORMES ATE 3 METROS, TECNOLOGIA COOLIMAGE PLUS, 15.6" FHD IPS 160Hz 1600x900px 16GB 512GB SSD 15.6" FHD IPS 160Hz 1600x900px	UNidade	4	R\$3.031,87	14/10/2024

Fonte: LicitaçõesWeb/ContratosWeb/NE/Eletrônica, pesquisa realizada em: 01/11/2024 11:00

PAINEL PREÇO - TCE/PI

Objeto: "TECLADO"

Data Início: 01/05/2024

Data Fim: 01/11/2024

Município: N/A

Raio(Xm): N/A

Un. Medida: N/A

Fonte: LicitaçõesWeb/ContratosWeb/NE/Eletrônica

Município	Identificador	Objeto	Un. de Medida	Quantidade	Valor unitário	Data Ref.
Picos	NF-4856	TECLADO USB SLIM PADRÃO	UN	2	R\$60,00	09/09/2024
Picos	NF-4863	TECLADO USB SLIM PADRÃO	UN	2	R\$63,74	18/09/2024
Itapipiranga	NF-4882	TECLADO USB SLIM PADRÃO	UN	10	R\$63,74	08/09/2024
Picos	NF-5882	TECLADO USB SLIM PADRÃO	UN	10	R\$63,74	03/07/2024
Picos	NF-4874	TECLADO USB SLIM PADRÃO	UN	20	R\$63,74	09/09/2024
Santa Cruz do Piauí	NF-3884	TECLADO USB 1080 STANDARD-RETO MULTILASER	UN	1	R\$40,00	06/09/2024
Itapipiranga	NF-5886	TECLADO USB PADRÃO GOLDBERG	UN	8	R\$63,74	22/07/2024

Fonte: LicitaçõesWeb/ContratosWeb/NE/Eletrônica, pesquisa realizada em: 01/11/2024 11:28

PAINEL PREÇO - TCE/PI

Objeto: "ALL IN ONE"

Data Início: 04/05/2024

Data Fim: 04/11/2024

Município: N/A

Raio(Xm): N/A

Un. Medida: N/A

Fonte: LicitaçõesWeb/ContratosWeb/NE/Eletrônica

Município	Identificador	Objeto	Un. de Medida	Quantidade	Valor unitário	Data Ref.
Agua Branca	NF-03-01886024	ALL IN ONE INTEL CORE I3-12100 - 12GB - 1TB - 15.6" FHD IPS 160Hz 1600x900px 16GB 512GB SSD 15.6" FHD IPS 160Hz 1600x900px	UNidade	10	R\$3.443,00	06/09/2024
Piripat	NF-03-01877024	COMPUTADOR (ALL IN ONE) DESCRIÇÃO: COMPUTADOR ALL IN ONE, HEBBIM INCORPORADA OU RETRATIL, SUPORTE TIPO PEDESTAL, ESPECIFICAÇÕES DA	UNidade	20	R\$3.328,56	24/09/2024
Piripat	NF-03-02178024	COMPUTADOR ALL IN ONE INTEL CORE I3 MEMORIA 8 GB HD 1TB MONITOR 21.5" COM AUSTE DE ROTACAO E ATIVAR	UNidade	5	R\$3.330,00	09/09/2024

Fonte: LicitaçõesWeb/ContratosWeb/NE/Eletrônica, pesquisa realizada em: 04/11/2024 4:22

Menor Valor	Menor Valor	Média	Mediana
R\$3.325,88	R\$3.443,00	R\$3.388,19	R\$3.330,00

PAINEL PREÇO - TCE/PI

Objeto: "CORE I3, 8GB, MONITOR"

Data Início: 04/05/2024

Data Fim: 04/11/2024

Município: N/A

Raio(Xm): N/A

Un. Medida: N/A

Fonte: LicitaçõesWeb/ContratosWeb/NE/Eletrônica

Município	Identificador	Objeto	Un. de Medida	Quantidade	Valor unitário	Data Ref.
Assungui do Piauí	NF-8039847	PC COMPLETO INTEL CORE I3-12100 8GB 512GB SATA 3.5" - 8GB DOPH - MONITOR - MOUSE - TECLADO	UN	2	R\$2.378,57	12/07/2024
Floriano	NF-03-01841024	COMPUTADOR TIPO DESKTOP COM PROCESSADOR INTEL CORE I3 DE 11ª GERAÇÃO OU SUPERIOR SOCKET: L200, POSSUIR UM DISCO RÍGIDO DE ALTA	UNidade	20	R\$2.420,80	29/09/2024
São Braz do Piauí	NF-384	DESKTOP/COMPUTADOR CORE I3 8GB 512GB SSD-MONITOR 19" - BPC	CJ	1	R\$3.488,00	10/09/2024
Barra	NF-8039	MICRO CORE I3 DU DUALIN COMPLETO 10 GERACAO, 8GB, 480 GB MONITOR 19" W11, MOUSE E TECLADO	UN	5	R\$4.900,00	20/09/2024

Fonte: LicitaçõesWeb/ContratosWeb/NE/Eletrônica, pesquisa realizada em: 04/11/2024 9:08

Menor Valor	Menor Valor	Média	Mediana
R\$2.378,57	R\$4.900,00	R\$3.291,79	R\$2.844,30

PAINEL PREÇO - TCE/PI

Objeto: "93,"96B","NOTEBOOK"

Data Início: 04/05/2024

Data Fim: 04/11/2024

Município: N/A

Razão(Km): N/A

Un. Medida: N/A

Fonte: Licitações/Contratos/Webs/Eletrônica

Município	Identificador	Objeto	Un. de Medida	Quantidade	Valor unitário	Data Ref.
Assunção do Piauí	NF-318	NOTEBOOK CORE I3 R8 RAM - SSD 256GB WINDOWS 11 15,6" FULL HD	Unidade	4	R\$2.900,00	29/10/2024
Bea Vista do Piauí	NF-489	NOTEBOOK ASPIRE 3 NITEL CORE I3 R8 256 SSD W11 15,6	UND	6	R\$4.400,00	10/10/2024
Utinga do Piauí	NF-481	NOTEBOOK ASPIRE 3 NITEL CORE I3 R8 256 SSD W11 15,6	UND	1	R\$4.484,51	24/09/2024
Ilaveira	NF-023	NOTEBOOK SAMSUNG NP750G4-A08B I3 115U, R8 RAM 8GB 256GB SSD, 15,6" W11	UN	6	R\$3.600,00	09/10/2024
Vera Mendes	NF-030	NOTEBOOK SAMSUNG GALAXY BOOK 4 NP750G4-A08B I3 115U 15,6" W11 256GB SSD I3 (256-GB) R8 RAM W11	UN	1	R\$3.600,00	12/09/2024

Fonte: Licitações/Contratos/Webs/Eletrônica, pesquisa realizada em: 04/11/24 8:14

Menor Valor	Maiores Valor	Média	Mediana
R\$2.900,00	R\$4.484,51	R\$3.776,90	R\$3.600,00

PAINEL PREÇO - TCE/PI

Objeto: "93,"COMPUTADOR","8GB"

Data Início: 04/05/2024

Data Fim: 04/11/2024

Município: N/A

Razão(Km): N/A

Un. Medida: N/A

Fonte: Licitações/Contratos/Webs/Eletrônica

Município	Identificador	Objeto	Un. de Medida	Quantidade	Valor unitário	Data Ref.
Alta	NF-348	COMPUTADOR I3, R8, 240GB	UN	1	R\$2.900,00	27/09/2024
Marcelo Parente	NF-031-0205424	DESKTOP PADRÃO CORE I3 DU AMD RYZEN 3 1100 16GB SUPERIOR - COMPUTADOR COM MONITOR 19.5" PC 3.1 USB + AUDIO - FRONTAL HD	UNIDADE	6	R\$2.850,00	11/09/2024
Sesaelio Lusi	NF-031-02054824	COMPUTADOR DESKTOP SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PROCESSADOR CORE I3	UNIDADE	4	R\$2.672,31	30/07/2024
São João da Serra	NF-0704	COMPUTADOR CORE I3 R8 320 240 W10 PRO TEC.M	KIT	1	R\$2.300,00	29/09/2024
Angical do Piauí	NF-6481	COMPUTADOR INT CORE I3 320 240 R8 COMPLETO	UND	4	R\$2.300,00	07/09/2024

Fonte: Licitações/Contratos/Webs/Eletrônica, pesquisa realizada em: 04/11/24 8:29

Menor Valor	Maiores Valor	Média	Mediana
R\$2.300,00	R\$2.900,00	R\$2.595,46	R\$2.672,31

PAINEL PREÇO - TCE/PI

Objeto: "93,"96B","NOTEBOOK"

Data Início: 04/05/2024

Data Fim: 04/11/2024

Município: N/A

Razão(Km): N/A

Un. Medida: N/A

Fonte: Licitações/Contratos/Webs/Eletrônica

Município	Identificador	Objeto	Un. de Medida	Quantidade	Valor unitário	Data Ref.
Mundo das Portelas	NF-048	NOTEBOOK LENOVO I5 R8, 32GB, 15,6"	UND	1	R\$3.600,00	01/10/2024
Teresina	NF-0814	NOTEBOOK 14 UNO PEN I5-1235U R8 320 512GB W11P 148 32GB _X	UN	1	R\$5.500,00	26/09/2024
Ondes	NF-0826	NOTEBOOK 15,6 ACER NITRO V15 I5-12420H R8 320 512GB RTX3050 4GB W11H 148	UN	1	R\$4.538,35	30/07/2024
Parnaíba	NF-3154	NOTEBOOK 15,6 LENOVO V15 I5 1235U R8 320 512GB W11P 140Z EDU0000GB _X	UN	2	R\$2.815,00	26/09/2024

Fonte: Licitações/Contratos/Webs/Eletrônica, pesquisa realizada em: 04/11/24 8:00

Menor Valor	Maiores Valor	Média	Mediana
R\$2.815,00	R\$5.500,00	R\$4.126,76	R\$4.201,66

PAINEL PREÇO - TCE/PI

Objeto: "MONITOR","19"

Data Início: 04/05/2024

Data Fim: 04/11/2024

Município: N/A

Razão(Km): N/A

Un. Medida: N/A

Fonte: Licitações/Contratos/Webs/Eletrônica

Município	Identificador	Objeto	Un. de Medida	Quantidade	Valor unitário	Data Ref.
Coronel José Dias	NF-6755	"MONITOR 19 LED GOLDENTEC HDMI	UND	1	R\$598,58	01/10/2024
Olinda Azeiteira	NF-6846	"MONITOR 19 LED GOLDENTEC HDMI	UND	1	R\$680,00	06/09/2024
Aracelis do Itam	NF-391	"MONITOR 19 LED GOLDENTEC HDMI	UND	1	R\$660,25	02/08/2024
Manoel Emídio	NF-359	"MONITOR 19 LED GOLDENTEC HDMI	UN	1	R\$699,90	04/09/2024
Patos do Piauí	NF-7211	MONITOR 19	UN	1	R\$680,00	09/09/2024
São Luís do Piauí	NF-7281	MONITOR 19	UN	1	R\$640,26	09/07/2024

Fonte: Licitações/Contratos/Webs/Eletrônica, pesquisa realizada em: 04/11/24 8:18

Menor Valor	Maiores Valor	Média	Mediana
R\$480,26	R\$680,00	R\$572,90	R\$721,62

PAINEL PREÇO - TCE/PI

Objeto: "MONITOR","21"

Data Início: 04/05/2024

Data Fim: 04/11/2024

Município: N/A

Razão(Km): N/A

Un. Medida: N/A

Fonte: Licitações/Contratos/Webs/Eletrônica

Município	Identificador	Objeto	Un. de Medida	Quantidade	Valor unitário	Data Ref.
São João da Varjota	NF-031-02104824	MONITOR DE 21" POL	Unidade	10	R\$680,00	10/10/2024
Teresina	NF-3873	MONITOR LENOVO 21,5 3225-18 6FWAB1BR	UN	32	R\$688,09	10/10/2024
São Raimundo Nonato	NF-6721	MONITOR AOC LED E2270WHEN 21,5 HDMI VGA VESA E2270WHEN PRETO BRILH	UN	3	R\$750,00	09/10/2024
Teresina	NF-38547	MONITOR LENOVO 21,5 3225-18 6FWAB1BR	UN	34	R\$688,82	04/10/2024
Patato	NF-1302	MONITOR 21,5	UN	1	R\$680,00	26/09/2024

Fonte: Licitações/Contratos/Webs/Eletrônica, pesquisa realizada em: 04/11/24 8:20

Menor Valor	Maiores Valor	Média	Mediana
R\$680,00	R\$688,09	R\$672,18	R\$750,00

PAINEL PREÇO - TCE/PI

Objeto: "TABLET"

Data Início: 05/05/2024

Data Fim: 05/11/2024

Município: N/A

Razão(Km): N/A

Un. Medida: N/A

Fonte: Licitações/Contratos/Webs/Eletrônica

Município	Identificador	Objeto	Un. de Medida	Quantidade	Valor unitário	Data Ref.
Barra	NF-316	"TABLET LENOVO TAB M9 64GB 8 PRATA	UND	10	R\$1.499,00	24/09/2024
Buít da Lopes	NF-0873	TABLET TAB 10" M9-FI 64GB- ANDROID OCTA-CORE 6GB 8MP-USB-C	UND	34	R\$1.593,99	19/09/2024
Brasileira	NF-395	"TABLET LENOVO TAB M9 64GB 8 PRATA	UND	2	R\$1.599,00	09/09/2024
Cajazeiras do Piauí	NF-40	TABLET 10 POLISADO 32 GB	UN	2	R\$1.399,00	12/09/2024
Guatema	NF-031-01621024	TABLET	UNIDADE	10	R\$1.733,00	03/09/2024

Fonte: Licitações/Contratos/Webs/Eletrônica, pesquisa realizada em: 05/11/24 8:55

Menor Valor	Maiores Valor	Média	Mediana
R\$1.399,00	R\$1.733,00	R\$1.565,10	R\$1.593,99

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. Conforme o art. 40, V, b, da Lei 14.133/2021, deve ser observado o princípio do parcelamento, caso seja “tecnicamente viável e economicamente vantajoso”.

8.2. No entanto, na solução em estudo, não se vislumbra vantagem econômica na divisão, uma vez que se trata de produtos do mesmo seguimento de informática. Ademais, a seleção de mais de um fornecedor, implicaria em maior custo administrativo na gestão e fiscalização dos contratos.

8.3. Dessa forma, opta-se pelo não parcelamento da solução.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Por se tratar de equipamentos de informática, implica numa futura contratação de serviços de manutenção periódica desses equipamentos. No entanto, tal processo só poderá ser iniciado após a aquisição dos equipamentos. A manutenção periódica será essencial para a preservação dos equipamentos enquanto bem permanente da instituição.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. A contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico na Perspectiva dos Recursos, bem como com o plano Orçamentário para o exercício.

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

11.1. Com presente aquisição, pretende-se prover infraestrutura que permita otimizar os serviços das secretarias nos postos de atendimento do município.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. Para a presente aquisição, não é necessária a adoção de providências pela administração previamente à celebração do contrato, nem mesmo a capacitação de servidores, tendo em vista que o material será utilizado e/ou instalado pela equipe do setor solicitante, a qual possui qualificação para execução dos serviços que empregarão os itens a ser adquiridos. Também não há necessidade de treinamento para a equipe de fiscalização e gestão contratual e nem de adequação do ambiente da organização, uma vez que se trata de simples entrega de itens que não demanda esforço diferenciado por parte da fiscalização e nem do almoxarifado.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Não há previsão de possíveis impactos ambientais decorrentes da presente contratação.

13.2. A contratada deverá observar, no que couber:

13.2.1. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010);

13.2.2. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª edição.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

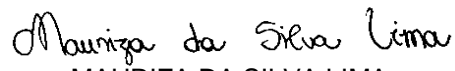
Considerando as justificativas apresentadas, a demanda pretendida, as condições propostas para a pretensa contratação, resta clara a aceitação do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

GERALDO FONSECA CORREIA
Autoridade competente



ARNON CANTIDIO ARRAIS
Secretário Municipal de Educação



MAURIZA DA SILVA LIMA
Secretária Municipal de Saúde



ANA LÚCIA BORGES DA MOTA FONSECA
Secretária Municipal de Assistência Social

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta de preços relativa ao Pregão Eletrônico - ____/____, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma.

No valor total proposto, estão englobados todos os tributos, taxas e/ou encargos de quaisquer naturezas devidos aos poderes públicos federais, estaduais ou municipais, comprometendo-nos a saldá-los, por nossa conta, nos prazos e na forma prevista na legislação pertinente, bem como despesas com encargos trabalhistas e sociais, mão de obra, transportes de nosso pessoal e de materiais, todos os custos direta ou indiretamente relacionados com o objeto desta licitação.

Propomos o valor total de R\$ _____ (_____), conforme detalhamento do quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE.	MARCA/ MODE LO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1						

Esta proposta é válida por 90 (noventa) dias a contar da data de sua apresentação.

Caso esta proposta não venha a ser aceita para contratação, a Prefeitura Municipal de Bertolândia fica desobrigada de qualquer responsabilidade para com a nossa Empresa, não nos cabendo direito a qualquer indenização ou reembolso.

Declaramos conhecer e aceitar todas as condições constantes da presente licitação.

Bertolândia (PI), ____ de _____ de _____.

Assinatura
Nome(s):
Função(ões):
CPF:
Razão
Social:
CNPJ/MF Nº:

OBS: Os LICITANTES deverão atentar para os poderes conferidos aos Representantes Legais no estatuto ou contrato social.

Assinatura do Representante da empresa

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO Nº ____/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2024, QUE FAZEM
ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTOLÍNIA E A
EMPRESA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTOLÍNIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 06.554.034/0001-04, localizada na Av. Presidente Medice, 332, Centro, Bertolândia-PI, CEP: 64.870-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. GERALDO FONSECA CORREIA, brasileiro, portador do CPF: 493.106.311-04, doravante denominado de CONTRATANTE, e a empresa ___, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, CEP _____, Telefones: (____) Ramal _____ e (____) _____, E-mail: _____, doravante designada CONTRATADA, neste ato, representada pelo(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela SSP/SP e CPF nº ___, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº ____/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. ____/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Bertolândia e suas Secretarias, de acordo com as especificações técnicas, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo I do Edital.

1.2 Objeto da Contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	MARCA	QTDE	UND	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL I(R\$)
1							
2							
3							
4							
TOTAL GERAL							

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1 O Termo de Referência;
- 1.3.2 O Edital da Licitação;
- 1.3.3 A Proposta do contratado;
- 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA QUARTA – SUSTENTABILIDADE

4.1. A contratada deverá observar no que couber, os critérios de sustentabilidade, conforme constante no ETP.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

5.2 No valor acima estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, comerciais, fretes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O pagamento do objeto contratado efetivamente fornecido será efetuado mediante ordem de crédito em conta corrente da CONTRATADA, indicada na sua proposta e dar-se-á no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados após a solicitação de pagamento, devidamente instruída com os seguintes documentos:

6.1.1 Requerimento de pagamento contendo no mínimo a qualificação do credor (dados básicos, data e assinatura do representante legal), o valor requerido e a competência a que se refere;

6.1.2 Nota Fiscal, atestada pelo fiscal do contrato;

6.1.3 Comprovantes da entrega do material e/ou da prestação efetiva do serviço;

6.1.4 Cópia do contrato e aditivos (se for o caso); caso inexistir, apresentar Ordem de Fornecimento do objeto;

6.1.5 Certidões de regularidade fiscal e trabalhista;

6.1.6 Declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou documentos aptos a substituir as referidas certidões nele mencionadas;

6.1.7 Comprovação da condição de optante do SIMPLES: apenas credores optantes;

6.1.8 Outros documentos contratualmente exigidos: o credor deve verificar particularidades estabelecidas no instrumento contratual como: relatórios, comprovantes de cumprimento de obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas ou outros.

6.2 O prazo para pagamento somente começará a fluir a partir da data da solicitação, sendo o prazo interrompido em caso de não atendimento.

6.3 Se a Nota Fiscal apresentar irregularidades, falhas ou omissões que comprometam a liquidação da despesa, ou a CONTRATADA não apresentar todas as condições de habilitação, o prazo supracitado será contado a partir da data em que tais irregularidades forem sanadas.

6.4 Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, certidão irregular, atraso do pagamento dos salários e recolhimento dos respectivos encargos sociais.

6.5 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste documento, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

6.6 O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

6.7 É vedado à CONTRATADA transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato ou instrumento equivalente;

6.8 Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado.

6.9 Os casos omissos obedecerão aos ditames da lei 14.133/2021.

6.10 A correção monetária será calculada por meio do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do IBGE.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer os produtos dentro das especificações exigidas neste termo de referência.

7.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações, dentro dos prazos estabelecidos.

7.3 Acompanhar e fiscalizar o objeto do contrato, por meio do fiscal de contrato, especialmente designada para tanto.

7.4 Notificar, por escrito, à CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste termo de referência e na lei vigente.

7.5 Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste termo de referência.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1 Fornecer o objeto contratado conforme especificações, validades e preços propostos na licitação, e nas quantidades e modelos solicitados pela Administração.

8.2 Entregar o objeto contratado estritamente no prazo estipulado, em perfeitas condições, sem indícios de avarias ou violação.

8.3 Responsabilizar-se por todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete.

8.4 Responsabilizar-se pela logística do objeto contratado, até as dependências do Setor de Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Bertolinia, não sendo o CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

8.5 Responsabilizar-se pela manutenção preventiva, pela atualização de toda a documentação e responsabilizar-se pelos custos de seguro automotivo do objeto contratado.

8.6 Substituir o objeto locado com danos insanáveis.

8.7 Aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), propostos pela Administração da Prefeitura Municipal de Bertolinia, conforme previsto no art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

8.8 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas nesta licitação.

8.9 Entregar o objeto contratado acompanhado de Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.

8.10 Encaminhar cópia de Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica e Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista;

8.11 Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Bertolinia e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

8.12 Indicar, por escrito, preposto ou profissional equivalente (e seu eventual substituto), fornecendo número de telefone e e-mail institucional para contato, ao qual o CONTRATANTE possa reportar-se quanto à fiel execução do contrato e cuidar para que este profissional alocado mantenha permanente contato com os responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato.

8.13 Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na

licitação.

8.14 Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer mudança de endereço, e-mail ou telefone.

8.15 Aceitar o prazo residual de 05 (cinco) dias úteis, a partir da ciência do interessado, para as situações cujos prazos não se encontram expressamente previstos no termo de referência.

8.16 Garantir a execução do objeto sempre embasada nos critérios de sustentabilidade previstos no Estudo Técnico Preliminar, quando couber.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso, em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DO OBJETO

10.1 Deve ser fornecida garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses (incluindo troca de equipamentos defeituosos e assistência técnica) para o equipamento, pelo fabricante, contados a partir da emissão do

termo de recebimento definitivo;

10.2 A garantia deve ser fornecida pelo fabricante, podendo ser o atendimento por empresa pertencente à sua rede autorizada, devidamente capacitada para tal função;

10.3 Não são aceitas adaptações no equipamento (adição de componentes pelo licitante). Deve ser comprovado através de declaração do fabricante que todo equipamento será/foi integrado em fábrica. Esta exigência visa à procedência e garantia total do equipamento pelo fabricante;

10.4 Deve possuir recurso disponibilizado via site do próprio fabricante (informar URL para comprovação) que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do seu número de série e modelo/número do equipamento;

10.5 O atendimento às chamadas técnicas durante o período de garantia será no regime de 8x5 (oito horas por dia e cinco dias por semana);

10.6 Visando a alta disponibilidade, o prazo para solução do chamado deverá ser de no máximo 5 dias úteis;

10.7 O fabricante, diretamente ou através de sua rede credenciada, deverá manter registros escritos dos referidos chamados, constando o nome do técnico que prestou o atendimento e uma descrição resumida do problema;

10.8 Durante o prazo de garantia, será substituída, sem ônus para o órgão, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;

10.9 Quando da manutenção, as peças a serem substituídas devem ser idênticas às do equipamento originalmente recebido;

10.10 É vedado qualquer tipo de serviço ou assistência técnica que requeira o envio do equipamento ou de acessórios pelo correio ou por qualquer outro meio;

10.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

11.1 **Provisoriamente**, em até 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento do objeto, mediante documento lavrado com a assinatura do Fiscal de Contrato e do preposto da CONTRATADA, para efeito de posterior consolidação do mês.

11.2 **Definitivamente**, mediante lavratura de Termo de Recebimento Definitivo pelo Fiscal de Contrato, em até 30 (trinta) dias úteis a partir do recebimento do objeto, que consolidará a documentação lavrada durante o recebimento provisório, ocasião em que será feito o atesto da nota fiscal.

11.3 O objeto, que for entregue em desconformidade com o especificado neste Termo ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a substituí-lo no prazo de até 8 (oito) dias consecutivos, contados da data do recebimento da Notificação escrita, necessariamente acompanhada do Termo de Recusa.

11.4 O recebimento não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e segurança dos produtos fornecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

12.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12.3 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

12.4 O fiscal do contrato informará a seus superiores em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

12.5 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

12.6 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

12.7 O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

12.8 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

12.9 O contrato e/ou notas de empenho serão acompanhados e fiscalizados por fiscal de contrato (ou Comissão), designado(s) especialmente para tal fim, o qual fiscalizará(ão) a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a aquisição, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições contratuais, determinando quando necessário, a regularização de falhas observadas, cabendo ao referido servidor (ou Comissão) o "ATESTO" das respectivas Notas Fiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

13.1 DO PRAZO, DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA.

13.1.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados do envio da ordem de fornecimento;

13.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

13.1.3. O bem deverá ser entregue no endereço Praça Santa Teresinha, centro, na cidade de Bertolinia-PI, CEP: 64.870-000, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 16:30h.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Nos termos da Lei de nº 14.133/21 o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

14.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- 14.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 14.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado;
- 14.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 14.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- 14.2.1. Advertência;
- 14.2.2. Multa;
- 14.2.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A sanção de “advertência” será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 14.5. A sanção de “multa” será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21, nas seguintes proporções:
- 14.5.1. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do objeto ou item inadimplido, até o limite de 15 (quinze) dias;
- 14.5.2. Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do objeto ou item inadimplido, no caso de inexecução parcial do objeto, caracterizada pelo atraso injustificado de mais de 15 (quinze) dias contados a partir do prazo final de entrega inicialmente pactuado; e
- 14.5.3. Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, caracterizada pelo atraso injustificado de mais de 30 (trinta) dias contados a partir do prazo final de entrega inicialmente pactuado.
- 14.6. A sanção de “impedimento de licitar e contratar” será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.7. A sanção de “Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar” será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 14.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 14.8. As sanções previstas nos itens 14.2.1, 14.2.3 e 14.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de “multa”.

14.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.10. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.11. A aplicação das sanções previstas nos itens 14.2.1, 14.2.2, 14.2.3 e 14.2.4 seguirá o rito estabelecido nos artigos 156 a 163 da Lei nº 14.133/21."

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

15.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 15.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 15.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 15.5.3. Indenizações e multas.

15.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Tesouro Estadual deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Fontes de Recursos:

- 500 - Recursos não vinculados de Impostos.
- 501 - Outros Recursos Não Vinculados.
- 540 - FUNDEB APOIO 30%
- 600 - CUSTEIO - RECURSOS ADVINDOS DA UNIAO

- 660 - FNAS - RECURSOS DA UNIAO
- 899 - Outros Recursos Vinculados

Programa de Trabalho

- 10 301 1052 2098 0000 - Manut. e Encargos com a Secretaria Municipal de Saúde.
- 10 301 1052 2055 0000 - Manut. e Encargos com o Fundo Municipal de Saúde - FMS.
- 04 122 1015 2007 0000 - Manut. e Encargos com o Gabinete do Prefeito Municipal.
- 04 122 1014 2024 0000 - Manut. e Encargos com a Secretaria Municipal de Administração.
- 04 123 1013 2027 0000 - Manut. e Encargos com a Secretaria Municipal de Finanças.
- 12 361 1161 2067 0000 - Manut. e Encargos com o Ensino Fundamental.
- 12 361 1160 2070 0000 - Manut. e Encargos com o Ensino de Jovens e Adultos.
- 08 244 1039 2016 0000 - Manut. da Secretaria de Trabalho e Assuntos Comunitários.

Elemento de Despesa:

4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

20.1. É eleito o Foro da Comarca de Manoel Emídio, onde Bertolinia é termo judiciário, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Bertolinia,de.....de 2024.

GERALDO FONSECA CORREIA
Prefeito Municipal



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTOLÍNIA
CNPJ: 06.554.034/0001-04



Responsável legal da CONTRATADA